Demonstrações Contábeis

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO – IBS

31 de dezembro de 2021 e 2020

com Relatório dos Auditores Independentes

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/BBCD1-3502F-7A922-8CB2B

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1° andar
Conj. 108/109 - Alphaville
11 3661-9933
saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

/audisa.consultores
@grupoaudisa
/company/grupoaudisa
PORTALAUDISA.COM.BR

27/dezembro/2022

Aos administradores e associados;

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO – IBS

Ref.: Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Prezados senhores (as),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.Sª., o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas encerradas em 31 de dezembro de 2021 do **INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO – IBS.**

Atenciosamente,

Audisa Auditores Associados

NOSSOS ESCRITÓRIOS
São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1° andar
Conj. 108/109 - Alphaville
11 3661-9933
saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO
Recife
recife@grupoaudisa.com.br
Porto Alegre
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Rio de Janeiro
riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS
/audisa.consultores
@grupoaudisa
/company/grupoaudisa
PORTALAUDISA.COM.BR

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/BBCD1-3502F-7A922-8CB2B

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO – IBS

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....4

BALANÇO PATRIMONIAL 9

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO..... 10

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....11

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 12

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 13

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... 14

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/BBCD1-3502F-7A922-8CB2B

NOSSOS ESCRITÓRIOS
São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1° andar
Conj. 108/109 - Alphaville
11 3661-9933
saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO
Recife
recife@grupoaudisa.com.br
Porto Alegre
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Rio de Janeiro
riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS
/audisa.consultores
@grupoaudisa
/company/grupoaudisa
PORTALAUDISA.COM.BR

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO – IBS

C.N.P.J – 07.456.934/0001-81

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as Demonstrações Contábeis do ***INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO – IBS*** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, Demonstrações do Resultado Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais Políticas Contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva" as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

As despesas com depreciações dos bens integrantes do Ativo Imobilizado estão sendo reconhecidas através de taxas anuais fixadas pela legislação fiscal, ao invés de se tomarem como base o tempo de vida útil estimada daqueles bens conforme determina a Resolução CFC nº 1.177/09 – NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. A Entidade também não efetuou a verificação de possíveis desvalorizações significativas que possam existir conforme determina a Resolução CFC nº 1.292/10 – NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Portanto, não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as Demonstrações Contábeis de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/BBCD1-3502F-7A922-8CB2B

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/BBCD1-3502F-7A922-8CB2B

NOSSOS ESCRITÓRIOS
São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
11 3661-9933
saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO
Recife
recife@grupoaudisa.com.br
Porto Alegre
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Rio de Janeiro
riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS
/audisa.consultores
@grupoaudisa
/company/grupoaudisa
PORTALAUDISA.COM.BR

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 27 de dezembro de 2022

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS

CRC/SP 2 SP 024.298/O-3

ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:14782348819

Assinado de forma digital por ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:14782348819
Dados: 2023.04.25 15:10:18 -03'00'

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC- SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/BBCD1-3502F-7A922-8CB2B

FENACON DOC
ASSINADOR DE DOCUMENTOS
SISTEMA SESCAP | SESCON

ICP Brasil

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO (14782348819)
Data: 4/25/2023 3:09:06 PM -03:00

FENACON DOC
ASSINADOR DE DOCUMENTOS
SISTEMA SESCAP | SESCON

ICP Brasil

VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: BBCD1-3502F-7A922-8CB2B

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

https://fenacondoc.com.br/valida-documento/BBCD1-3502F-7A922-8CB2B

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembo de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**4 a) b)**	8.406.101	7.877.190
Outros Créditos	**5**	31.677	53.333
Total do Circulante		**8.437.778**	**7.930.523**
Não circulante	**4 e)**		
Imobilizado	**6**	691.582	666.135
(-) Depreciação Acumulada	**6**	(487.803)	(424.927)
Investimentos	**4 d)**	1.164.358	768.855
Total do Não Circulante		**1.368.137**	**1.010.063**
Total do ativo		**9.805.915**	**8.940.587**

PASSIVO

	Nota	2021	2020
Circulante	**4 f)**		
Fornecedores		11.443	3.550
Obrigações sociais e fiscais		2.955	4.013
Incentivo Fiscal - Lei Rouanet	**7**	5.681.298	5.774.762
Contas a pagar - Funcionários		4.333	3.140
Total do Circulante		**5.700.029**	**5.785.466**
Patrimônio líquido	**8**		
Patrimônio social		3.155.121	998.549
Superávit do Período	**4 i) 9**	950.765	2.156.572
Total do patrimônio líquido		**4.105.886**	**3.155.121**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**9.805.915**	**8.940.587**

As Notas Explicativas As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis
São Paulo, 31 de Dezembro de 2021

Luis Eduardo Cardoso de Almeida Salvatore
RG: 18.114.249-1
CPF: 254.724.858-19
Presidente

Afonso Custódio Tavares
CRC SP – 1SP109218/0-3
CPF: 676.688.608-00
Contador

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
Em 31 de dezembo de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Com Restrição	**10**		
Incentivo Fiscal - Lei Rouanet	**7 e 10**	3.429.538	901.210
Bank of America			165.760
Sem Restrição			
Patrocinios	**10**	-	-
Doações PF e PJ	**10**	2.453.685	1.009.739
Prestação de serviços	**10**	369.032	2.850.000
Total de Receitas Operacionais		**6.252.255**	**4.926.709**
Outras Receitas			
Receitas Financeiras	**10**	407.861	66.319
Gratuidade Trabalho Voluntario	**14**	4.860	4.035
Outros Recursos Recebidos		6.619	-
Total de Outras Receitas		**419.339**	**70.354**
Total de Receitas		**6.671.594**	**4.997.063**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**11**		
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custos com Projetos - Lei Rouanet		3.373.940	901.456
Custos com Projetos - Outros Projetos Sociais	**11**	1.598.034	1.607.448
Custos com Voluntários	**14**	4.860	4.035
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas ADM C/ Pessoal	**11**	140.860	4.641
Despesas Administrativas		239.675	275.977
Despesas Financeiras;		66.222	8.304
Despesas Tributárias;	**11**	297.238	38.631
Total de Custos e Despesas Operacionais		**5.720.829**	**2.840.491**
Déficit/Superávit do Período		**950.765**	**2.156.572**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis
São Paulo, 31 de Dezembro de 2021

Luis Eduardo Cardoso de Almeida Salvatore
RG: 18.114.249-1
CPF: 254.724.858-19
Presidente

Afonso Custódio Tavares
CRC SP – 1SP109218/0-3
CPF: 676.688.608-00
Contador

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Em 31 de dezembo de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Superávit do Período	950.765	2.156.572
Resultados abrangentes	**950.765**	**2.156.572**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis
São Paulo, 31 de Dezembro de 2021

Luis Eduardo Cardoso de Almeida Salvatore
RG: 18.114.249-1
CPF: 254.724.858-19
Presidente

Afonso Custódio Tavares
CRC SP – 1SP109218/0-3
CPF: 676.688.608-00
Contador

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembo de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Déficit/ Superávit do Período	Patrimônio Liquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.430.724**	**(432.175)**	**998.549**
Incorporação do Superávit do Período		2.156.572	2.156.572
Déficit do Período	(432.175)	432.175	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**998.549**	**2.156.572**	**3.155.121**
Incorporação do Superávit do Período	2.156.572	(2.156.572)	-
Superávit do Período		950.765	950.765
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**3.155.121**	**950.765**	**4.105.886**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis
São Paulo, 31 de Dezembro de 2021

Luis Eduardo Cardoso de Almeida Salvatore
RG: 18.114.249-1
CPF: 254.724.858-19
Presidente

Afonso Custódio Tavares
CRC SP – 1SP109218/0-3
CPF: 676.688.608-00
Contador

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Em 31 de dezembo de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superávit do Período	950.765	2.156.572
Depreciação e amortização	62.876	53.815
	1.013.641	2.210.388
(Aumento) redução nos ativos		
Outros Créditos	21.656	(47.657)
Despesas Antecipadas	-	-
(Aumento) redução nos passivos		
Fornecedores	7.893	350
Incentivo Fiscal	(93.464)	5.774.762
Obrigações fiscais e sociais	(1.058)	2.043
Projetos a realizar	-	(1.640.000)
Contas a pagar - Funcionários	1.193	3.140
	(63.781)	4.092.638
Caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais	**949.860**	**6.303.026**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(25.446)	(55.723)
Investimentos	(395.503)	(768.855)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	**(420.950)**	**(824.577)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**528.911**	**5.478.449**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.877.190	2.398.742
No final do exercício	8.406.101	7.877.190
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**528.911**	**5.478.449**
	0,00	**0,00**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis
São Paulo, 31 de Dezembro de 2021

Luis Eduardo Cardoso de Almeida Salvatore
RG: 18.114.249-1
CPF: 254.724.858-19
Presidente

Afonso Custódio Tavares
CRC SP – 1SP109218/0-3
CPF: 676.688.608-00
Contador

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO

CNPJ: 07.456.934/0001-81

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Nota 1 - Contexto Operacional

O Instituto Brasil Solidário é uma entidade sem fins lucrativos, de direito privado, inscrita no CNPJ/MF: sob n° 07.456.934/0001-81, com sede na Av. Jorge João Saad, 271-275 sala 3, São Paulo, CEP 05618-000, com atividade preponderante na área cultural, conforme o artigo 4º do Estatuto Social, com o Título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme publicado no D.O.U de 16 de dezembro de 2005, de acordo com a Lei n°9.790, de 23 de março de 1999. Tem como finalidade estatutária o fomento e a promoção da arte, cultura, leitura e educação integral, de forma continuada, permanente e planejada, visando o desenvolvimento cultural, social e econômico do ser humano e a melhora em sua qualidade de vida, formando-o, conscientizando-o e fornecendo acesso material para que seja protagonista de seu crescimento pessoal, do desenvolvimento de sua família e da comunidade em geral, sem distinção de raça, cor, partido político ou credo religioso.

A fim de cumprir as suas finalidades, o Instituto Brasil Solidário poderá firmar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação e articular-se de forma conveniente, com órgãos ou entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras, assim como com empresas.

A administração mantém o foco na diversificação da captação dos recursos, para que não haja concentração de créditos, mantendo: (i) um plano bienal inscrito dentro de Leis de Incentivos Fiscais (Lei Rouanet); (ii) um projeto de intercâmbio social; (iii) parcerias com empresas privadas; (iv) parcerias com outras organizações sem fins lucrativos como institutos e fundações nacionais e internacionais; e (v) prestação de serviços de implementação de programas sociais para empresas privadas.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2021 e 2020, a Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a NBC TG EC de 21 de novembro de 2019, que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e

variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade opera.

Uso de estimativas e julgamentos

As preparações das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.
Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Nota 3 – Formalidade da Escrituração Contábil resolução CFC nº1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.
O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.
As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade".
A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.
A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

Nota 4 – Principais práticas contábeis adotadas

a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as

mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

	31/12/2021	31/12/2020
Caixas e bancos Rec. Livres	*2.724.803*	*1.470.388*
Caixas e bancos Rec. Restritos	*5.681.298*	*6.406.803*
	8.406.101	***7.877.190***

b) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

c) **Instrumentos Financeiros:** A Entidade não contratou operações consideradas como sendo instrumentos financeiros derivativos.

d) **Investimentos:** A entidade realizou aplicação compromissada (realizável a longo prazo) até dezembro de 2025, para realização de projetos futuros.

e) **Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 06. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

f) **Passivo Circulante:** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargo incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

g) **As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

h) **Reconhecimento das Receitas:** Os reconhecimentos das receitas e despesas são efetuados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais.

As Receitas são classificadas em (2) subgrupos: (a) Com restrição - Incentivo Fiscal; (b) Sem restrição – patrocínios, doações pessoa física e jurídica; e prestação de serviços.

O objetivo dessa prática é demonstrar de que forma as receitas do Instituto são captadas e alinhar as doações para fins específicos com os gastos correspondentes.

Os valores recebidos e empregados nos projetos são registrados da seguinte forma:

- **Recebimentos dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos são reconhecidos, o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito em conta específica de projetos vinculados no passivo circulante.

- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos das doações e recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo das contas especificas dos projetos.

i) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

Nota 5 – Outros créditos

Este grupo é composto por adiantamentos a fornecedores realizados para prestação de serviços e posterior emissão das notas, bem como seguros a amortizar.

	31/12/2021	31/12/2020
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	*26.835*	*38.195*
SEGUROS A AMORTIZAR	*4.842*	*5.129*
IRRF A RECUPERAR	*0*	*10.009*
	31.677	***53.333***

Nota 6 – Imobilizado

Os ativos Imobilizado são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumu./Baixa	Líquido	
				31/12/2021	31/12/2020
Moveis e Utensilios	10%	26.787	(10.878)	15.910	11.394
Veículos	20%	475.250	(380.638)	94.613	131.963
Aparelhos e Ferramentas	10%	57.193	(18.029)	39.164	44.883
Sistema Com. e Proc. Dados	20%	122.702	(75.158)	47.543	44.215
Aparelhos telefônicos	20%	4.150	(1.038)	3.113	3.942,50
Outras Imobilizações	10%	5.500	(2.063)	3.438	4.812,50
Total		**691.582**	**(487.803)**	**203.779**	**241.209**

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

Movimentação do custo	**Saldo em 01/01/2021**	**Adições**	**Baixas**	**Ajustes**	**Saldo em 31/12/2021**
Móveis e utensílios	20.143	6.644	-	-	26.787
Veículos	475.250	0	-	-	475.250
Aparelhos e Ferramentas	57.193	0	-	-	57.193
Sistema Com. e Proc. Dados	103.899	18.802	-	-	122.702
Aparelhos telefônicos	4.150	0	-	-	4.150
Outras Imobilizações	5.500	0	-	-	5.500
Total Custo	**666.135**	**25.446**	**-**	**-**	**691.582**

Movimentação da depreciação	**Saldo em 01/01/2021**	**Adições**	**Baixas**	**Ajustes**	**Saldo em 31/12/2021**
Móveis e utensílios	(8.749)	(2.091)	-	-	(10.840)
Veículos	(343.288)	(37.349)	-	-	(380.638)
Aparelhos e Ferramentas	(12.310)	(5.719)	-	-	(18.029)
Sistema Com. e Proc. Dados	(59.685)	(15.511)	-		(75.196)
Aparelhos telefônicos	(208)	(829)	-		(1.037)
Outras Imobilizações	(688)	(1.375)	-		(2.062)
Total Depreciação	**(424.927)**	**(62.874)**	**-**	**-**	**(487.802)**
Saldo Liquido	**241.209**	**(37.427)**	**-**	**-**	**203.780**

Nota 7 – Incentivo Fiscal - Lei Rouanet

O Instituto Brasil Solidário é proponente de projetos culturais, aprovados pelo Ministério da Cultura (Minc), com incentivo fiscal aos apoiadores previsto no art. 18 da Lei Rouanet (8.313/91).

Em dezembro/2019, a Entidade iniciou a captação do Projeto Cultural através do Ministério da Cultura – PRONAC 193344 Plano Bienal de Atividades - Brasil Solidário. O Projeto tem por objetivo a manutenção das atividades do Instituto Brasil Solidário – IBS durante os anos de 2020 e 2021. Para tanto, foram propostas: (i) ações de capacitação e treinamento gratuitas para crianças e educadores da rede pública, com o fortalecimento de bibliotecas públicas com a doação de acervos, para 13 municípios; (ii) um seminário de formação e intercâmbio cultural para gestores e educadores da rede pública; (iii) a produção de um livro com fotos e depoimentos dos beneficiários do projeto; e (iv) palestras como contrapartidas sociais.

Com o advento da pandemia, foram instituídas medidas rígidas de isolamento social e o fechamento das escolas, impossibilitando as ações presenciais propostas. Visando dar continuidade ao projeto e revendo a metodologia de realização, foi proposta e aprovada a realização adicional de oficinas, em formato virtual, incluindo a produção de material didático disponibilizado em uma plataforma on-line para 25 municípios. Desta forma o ano de 2020 concentrou os esforços em atividades EAD.

Ainda em 2021, cumprindo todos os protocolos sanitários e respeitando o número de participantes de acordo com a orientação de distanciamento social e a disponibilidade de cada município, a Entidade realizou atividades presenciais previstas encerrando assim, o Plano Bienal de Atividades PRONAC 193344.

Em dezembro do mesmo ano, a Entidade iniciou a captação de um novo Projeto Cultural através do Ministério da Cultura – PRONAC 211766 Plano Bienal de Atividades - Brasil Solidário, a ser executado nos anos de 2022 e 2023, tendo como proposta a realização de ações formativas - à distância e presenciais - por meio de CURSOS, OFICINAS E SEMINÁRIOS de artes, pintura e desenho, teatro de bonecos, xilogravura, música, fotografia, rádio, oficinas criativas, incentivo à leitura e leitura na primeira infância, oferecidos, gratuitamente, para alunos e professores de escolas públicas.

Nota 8 – Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Na hipótese de a Associação perder a atribuição conferida pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, o acervo patrimonial será transferido para outra pessoa jurídica qualificada

Nota 9 – Resultado do Período

O superávit total da Entidade do período de 2021 (950.765) será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG2002 em especial no item 14, que descreve que o déficit/ superávit do período deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

Nota 10 – Receitas

As receitas, conforme art. 82º do Estatuto Social e normas contábeis, são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber. Outras receitas (fins e sustentáveis) também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.

		31/12/2021	31/12/2020
Com Restrição			
Incentivo Fiscal - Lei Rouanet	***a)***	*3.429.538*	*901.210*
Bank of America	***b)***	*0*	*165.760*
Sem Restrição			
Doações PF e PJ	***c)***	*2.453.685*	*1.009.739*
Prestação de serviços	***d)***	369.032	2.850.000
		6.252.255	***4.926.709***
Outras Receitas			
Receitas Financeiras	***e)***	*407.861*	*66.319*
Gratuidade Trabalho Voluntario		*4.860*	*4.035*
Outros Recursos Recebidos		*6.619*	*0*
Total de Outras Receitas		***419.339***	***70.354***
Total de Receitas		***6.671.594***	***4.997.063***

a) *Incentivo Fiscal para execução do Projeto Plano Bienal de Atividades;*

b) *Doação para execução de Projetos de Educação Financeira do PDE;*

c) *Patrocínio e doações de PF e PJ para custeio geral de Projetos sem incentivo fiscal da Entidade. Em 2022 houve ampliação de campanhas de doação;*

d) *Prestação de serviços contratada para atuação em regiões pré-determinadas;*

e) *Rendimentos referentes à aplicação de recursos para realização de projetos futuros.*

Nota 11 – Custos e Despesas Operacionais

Os custos com Projetos do Instituto Brasil Solidário, estão assim demonstrados:

		31/12/2021	31/12/2020
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custos com Projetos - Lei Rouanet	***a)***	*3.373.940*	*901.456*
Custos com Projetos - Outros Projetos Sociais	***b)***	*1.598.034*	*1.607.448*
Custos com Voluntários		*4.860*	*4.035*
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas ADM C/ Pessoal	***c)***	*140.860*	*4.641*
Despesas Administrativas		*239.675*	*275.977*
Despesas Financeiras;		*66.222*	*8.304*
Despesas Tributárias;	***d)***	*297.238*	*38.631*
		5.720.829	***2.840.491***

a) *Custos de projetos incentivados - Projeto Plano Bienal de Atividades;*
b) *Custos de projetos não incentivados;*
c) *Aumento das despesas de contratação de pessoal em 2021; e*
d) *Aumento das despesas tributarias refletindo o incremento das receitas de doações.*

Nota 12 – Provisão para riscos trabalhistas

O Instituto, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Nota 13 – Remuneração da administração

A Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Nota 14 – Gratuidade - Trabalho Voluntário

Em cumprimento a Interpretação ITG-2002 aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12 do Conselho Federal da Contabilidade, a Entidade realiza a mensuração e a contabilização do trabalho voluntário

recebido pelo justo valor da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e, pelo mesmo valor, como uma receita. Em vista de que o reconhecimento dos valores mensurados a título de receita de trabalhos voluntários tem o mesmo valor das despesas de trabalho voluntário, e foram todas apropriadas no resultado de 2021 o procedimento não implicou em alteração do superávit do exercício.

Nota 15 - Demonstração do Fluxo De Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o indireto.

Nota 16 – Imunidade Tributária

O Instituto Brasil Solidário é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea ”C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, bem como do art. 14 do Código Tributário Nacional.

Nota 17 – Cobertura de seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade.

Os valores segurados são definidos pelos administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. Os bens assegurados são os automóveis da Entidade.

31/12/2021	31/12/2020
400.000	*400.000*
400.000	***400.000***

Nota 18 – Forma jurídica conforme a legislação vigente

O Instituto Brasil Solidário é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

Nota 19 – Característica da Imunidade

A Instituto Brasil Solidário é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9o. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

Nota 20 – Requisitos para Imunidade Tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.94 do Estatuto Social);

b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.7 do Estatuto Social);

c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art.88 do Estatuto Social).

Luis Eduardo Cardoso de Almeida Salvatore
RG: 18.114.249-1
CPF: 254.724.858-19
Presidente

Afonso Custódio Tavares
CRC SP – 1SP109218/0-3
CPF: 676.688.608-00
Contador